



## COMITÊ DE INVESTIMENTOS

### 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA/2022

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada aos 16 (dezesesseis) dias do mês de maio de 2022 às 14h00 na sala de reuniões deste Instituto. **Pauta:** Votação da Ata da reunião anterior (7ª Reunião Ordinária - 26/04/2022); Informação e análise acerca dos cenários macroeconômicos e das expectativas de mercado; Investimentos e desinvestimentos dos recursos da carteira do GOIANIAPREV. **Participantes:** Sra. Elizabeth Papalardo Gadelha, Sra. Genice Braga Machado de Araújo Rocha, Sra. Máylla Ferreira da Silva Vieira, Sr. Oberlin da Cunha Nogueira e o Sr. Paulo Roberto Carrion de Sousa. **I - Aberta a reunião, a secretária do Comitê faz a leitura da Ata da 7ª Reunião Ordinária de 2022, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes. II - Informação e análise dos cenários macroeconômicos e das expectativas de mercado, observado pelos membros do comitê de investimentos. Setor Externo –** No cenário externo, a semana foi marcada pelas divulgações dos dados de inflação de abril de economias desenvolvidas e emergentes, com destaque para a inflação ao consumidor (CPI) dos Estados Unidos. De forma geral, o quadro inflacionário americano segue pressionado, com o núcleo de inflação acima de 6% a.a. no acumulado em 12 meses. Outro evento relevante da semana foi a entrevista de Jerome Powell, presidente do Banco Central americano, na qual ele reafirmou a alta de 0,50 p.p. na próxima reunião, reduzindo a possibilidade de aceleração do ritmo de aperto monetário em junho. Nos **EUA**, o ambiente de inflação segue bastante pressionado. Em abril, a inflação ao consumidor (CPI) variou 0,3% na comparação mensal, acima da expectativa de mercado (0,2%). Já o núcleo da inflação, métrica que exclui a inflação com alimentos e energia e recebe mais atenção por parte das autoridades monetárias, avançou 0,6% frente a março, acima da expectativa de alta de 0,4%. Entre as principais pressões, destaque no mês para o avanço de 0,51% da inflação de aluguéis, que corresponde a um terço do CPI e permanece relativamente estável em 6,3% na média móvel de 3 meses anualizada. Em termos anuais, o índice cheio variou 8,2%, enquanto o núcleo do CPI teve variação de 6,2%, com alta de 4,9% em serviços e de 9,7% em bens, distantes da meta de 2%. A inflação ao produtor (PPI), por sua vez, avançou 0,5% na comparação mensal, em linha com consenso de mercado. Em termos anuais, o índice avançou 11%, enquanto o núcleo do índice, que exclui alimentos e energia, teve alta de 8,8%. Na **China**, a inflação tem sido pressionada pelas medidas de restrição à mobilidade no período mais recente, mas efeitos ainda são contidos. A inflação ao consumidor (CPI) apresentou alta de 2,1% em abril na comparação anual, resultado acima do esperado pelo mercado (1,9%). O número, que representa alta relevante na margem, contou com uma aceleração do grupo de alimentos de -1,5% em março para 1,9% em abril, refletindo maiores custos de transporte e demanda precaucionária dos consumidores. No entanto, o núcleo da inflação (que exclui os itens mais voláteis da amostra) recuou para 0,9%, ante 1,1% do mês anterior. A inflação ao produtor (PPI), por sua vez, registrou desaceleração no índice para 8,0% em termos anuais ante 8,3% em março, embora o número represente alta na margem em meio às restrições mais severas na China. A transmissão da inflação mais alta ao produtor para os preços ao consumidor ainda não se manifestou em sua totalidade. Além disso, o



núcleo de inflação se mostra estável desde julho de 2021 e continua abaixo da meta de 2% desde agosto de 2018. Com a manutenção de medidas de restrição nos principais centros financeiros e comerciais, dá-se que os dados de inflação continuam sendo impactados ao longo dos próximos meses. **Brasil** – Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na qual a Selic foi elevada de 11,75% para 12,75%, os membros reforçaram que o ciclo de aperto da taxa de juros deve contar com mais um aumento, de menor magnitude, na reunião de junho. Assim como no comunicado da semana passada, a ata mantém a preocupação com o ambiente externo, em especial com os potenciais efeitos sobre a cadeia de suprimentos globais da reação chinesa à nova onda de Covid-19 no país e com o aperto monetário nos países avançados. O principal destaque do documento foi a discussão sobre as possíveis razões da diferença entre o cenário de referência e as projeções de mercado. Foram elencados quatro pontos para explicar a divergência: a contaminação das expectativas de inflação pela inflação corrente; hipóteses de reversão mais lenta da inflação de bens industriais; hipóteses de taxa de juro neutro mais alta e as hipóteses diferentes sobre convergência entre o preço do petróleo e de derivados. Diante disso, o comitê avaliou que, considerada a assimetria nas projeções, o ciclo de aperto monetário deverá ser mais contracionista do que o considerado no cenário de referência ao longo do horizonte relevante. Para os próximos passos, o comitê reforçou que é provável mais um ajuste na taxa de juros, ainda que de menor magnitude. A inflação medida pelo IPCA registrou variação de 1,06% em abril, com nova aceleração no acumulado de 12 meses de 11,30% para 12,13%. O resultado ficou acima da mediana do mercado (1,01%), após alta de 1,62% registrada em março. As principais surpresas altistas em relação a nossa projeção se concentraram em serviços. Dentre eles, destacam-se recreação (0,9%, com 13% no acumulado em 12 meses) e serviços médicos e dentários (0,8%, com 5,7% em 12 meses), exemplificando a dinâmica do núcleo de serviços subjacentes. Outra surpresa altista veio dos itens administrados, com repasse mais rápido do reajuste de remédios. Do reajuste de cerca de 11% autorizado pela ANS, pouco mais da metade já foi repassada para os consumidores, diante da variação de 6,13% registrada no IPCA. Contrabalançando as altas, o grupo de alimentos teve desaceleração na margem (2,59% ante 3,09% em março), com grande influência do movimento de queda de alimentos in natura (2,49% ante 10,45% em março). Dentro de bens industriais, veículos seguem em um patamar confortável, com deflação de 0,47% em carros usados e variação positiva de 0,44% em automóvel novo. Por outro lado, o item eletrodomésticos acelerou de 1,25% em março para 2,25% neste mês. Desse modo, o núcleo de bens duráveis permaneceu relativamente estável, em torno de 15% no acumulado em 12 meses. Os núcleos de inflação, que são métricas que excluem ou suavizam a variação de preços de itens voláteis, continuam em patamares elevados. A média dos núcleos dessazonalizada passou de 0,94% para 1,02% neste mês. Em 12 meses, o indicador atingiu 9,74%. Já o indicador de difusão dessazonalizado, que revela quantos itens apresentaram aumento de preços no mês, subiu de 76,7% em março para 77,5% em abril. O cenário de inflação é desafiador e ainda não apresenta sinais de inflexão. Em linhas gerais, a inflação corrente permanece em patamar elevado, o que deve gerar um comportamento mais persistente para os preços de serviços. Em março, as vendas no varejo no conceito restrito avançaram 1,0% na margem, acima das expectativas de mercado. Dentre os setores que compõem o varejo restrito, apenas artigos farmacêuticos e supermercados tiveram queda de -5,9% e -0,2%,

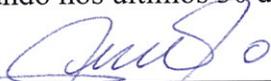


respectivamente. O setor de artigos farmacêuticos segue 16,0% acima do nível pré-crise. As maiores contribuições positivas para a alta do indicador vieram de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (13,9%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,4%), que engloba lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos e brinquedos. Demais altas relevantes vieram de livros, jornais e revistas (4,7%, revertendo a queda apresentada em janeiro), móveis e eletrodomésticos (0,2%) e tecidos, vestuário e calçados (0,1%). O comércio ampliado, que inclui vendas de automóveis e material de construção, também surpreendeu positivamente ao registrar alta de 0,7% no mês, acima de nossa projeção e do mercado (ambas em -0,1%). Houve queda nas vendas de veículos de 0,1% e alta de 3,4% das vendas de materiais de construção (com vendas 12,5% acima do nível pré-crise). Com o resultado, o volume de vendas no varejo restrito se situa 2,6% acima do patamar pré-crise, enquanto no conceito ampliado se situa em 1,7%. O volume total de serviços teve avanço de 1,7% na margem. Na comparação anual, a variação foi de 11,4%, acima de nossa projeção (8,6%) e da mediana das expectativas de mercado (8,5%). Com isso, o volume total de serviços passou a se situar 7,3% acima do nível pré-crise. Todos os setores tiveram crescimento. A maior contribuição positiva veio de serviços de transporte (2,7%), influenciados sobretudo por transporte aéreo de passageiros, em linha com a evolução mais favorável da pandemia, e transporte terrestre de cargas. Este último, assim como serviços profissionais, administrativos e complementares (0,6%) foi beneficiado pelo crescimento da indústria no mês. A seguir, serviços de informação e comunicação (1,7%) voltaram a apresentar crescimento após três quedas consecutivas, passando a se situar 9,3% acima do nível pré-crise. Os serviços prestados às famílias tiveram alta de 2,4% no mês. O setor, que abrange alojamento e alimentação, foi beneficiado pelo arrefecimento da pandemia no mês, embora ainda se situe 11,7% abaixo do nível pré-crise. Por fim, outros serviços, setor que contempla, dentre outros, serviços financeiros e seguros, teve crescimento de 1,6%. Em linhas gerais, os dados de atividade de março mostram uma demanda agregada ainda forte no primeiro trimestre deste ano. No comércio, tem havido maior contribuição positiva de setores ligados à renda, refletindo tanto maiores reajustes salariais como a utilização da poupança acumulada pelas famílias desde a pandemia. Em serviços, o resultado positivo do mês foi liderado tanto por serviços às famílias como empresas, e deve seguir sendo beneficiado nos próximos meses pelo rebalanceamento do consumo entre bens e serviços.

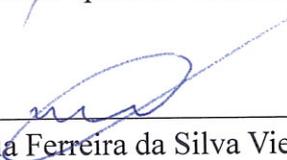
**III - Investimentos e desinvestimentos dos recursos da carteira do GOIANIAPREV.** Os membros do comitê de investimento analisaram os relatórios mensais de investimentos, os Boletins Focus, o mercado financeiro e as perspectivas do cenário econômico para deliberação das estratégias de investimentos que serão sugeridas. Tendo em vista o cenário econômico atual e a rentabilidade dos fundos da carteira, os membros do comitê de investimentos sugerem a seguinte movimentação: **A) Resgate do valor total do fundo BRADESCO H FI RF NILO (CNPJ: 15.259.071/0001-80) e realocação no fundo BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM (CNPJ: 03.399.411/0001-90).** Em relação aos créditos que o Instituto recebe durante o mês, como os repasses mensais do Município de Goiânia e da Câmara Municipal de Goiânia, os membros do comitê de investimentos sugerem pela aplicação em fundo Renda Fixa (CDI/SELIC). Essa estratégia visa proteger parte da carteira de investimentos da volatilidade do mercado.



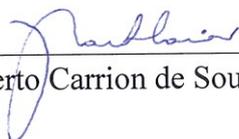
**IV - Considerações Finais.** 1) O presidente dá ciência aos membros do comitê da reunião a ser realizada presencialmente dia 13/06/2022 com a LDB Consultoria Financeira, conforme o Contrato celebrado entre as partes. Finalizando a reunião, foi dada a oportunidade para quaisquer outros esclarecimentos e não havendo qualquer outra manifestação, deu-se por encerrada. Documentos anexos que farão parte da presente Ata: 1) Boletins Focus - Relatório de Mercado do Banco Central; 2) Boletins econômicos, comprovando a situação econômica atual do país e do mundo nos últimos 30 dias. Nada mais.

  
Elizabeth Papalardo Gadelha, CGRPPS

  
Genice Braga Machado de Araújo Rocha, CGRPPS

  
Máylla Ferreira da Silva Vieira, CPA-10

  
Oberlin da Cunha Nogueira, CPA-20

  
Paulo Roberto Carrion de Sousa, CGRPPS